

A evolução das exportações e do processo de integração regional*

*Sônia Unikowsky Teruchkin***

No decorrer de 1995, as importações de bens de capital cresceram significativamente, indicando uma renovação tecnológica no parque industrial brasileiro e, dessa forma, possibilitando a expansão das exportações nos primeiros cinco meses de 1996, concomitantemente com a maior exposição da economia nacional à concorrência externa. Entretanto, dada a abertura da economia, com grandes reduções de alíquotas de importações, as aquisições de bens de consumo do Exterior também continuam crescendo, pressionando os resultados da balança comercial.

Se, por um lado, existem preocupações com o comportamento da balança comercial, que tem implicado alterações na política de comércio exterior, com revisões periódicas das alíquotas de importação em setores considerados sensíveis, além de medidas específicas, como no caso dos automóveis e têxteis, por outro, a captação de recursos externos tem crescido consideravelmente, permitindo a manutenção de um nível elevado de reservas cambiais, as quais têm possibilitado uma política cambial estável, indispensável à estabilização da economia brasileira, uma vez que o câmbio continua sendo uma das âncoras do Plano Real. Todavia tal política tem um elevado custo financeiro, como será visto posteriormente.

* Texto elaborado com informações disponíveis até 25.06.96.

** Economista, Técnica da FEE.

A autora agradece às colegas do NERI, Beky Moron de Macadar e Teresinha da Silva Bello, pelos comentários e críticas ao texto e à estagiária Graziela Macke Fleck pela colaboração na coleta e no tratamento dos dados.

Neste semestre, a integração regional ganhou um novo impulso, com a formação de uma zona de livre comércio (ZLC) do Mercosul com o Chile, além das negociações com a Bolívia.

A política externa brasileira

A medida provisória (MP) do regime automotivo tem gerado, para o Brasil, resistências da comunidade internacional, principalmente do Japão e da Coréia do Sul, que são grandes exportadores de automóveis para o Brasil. A principal crítica feita é a incompatibilidade do regime automotivo com as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) devido à concessão de incentivos, tais como alíquotas reduzidas para a importação de peças, matérias-primas e equipamentos, desde que uma parte da produção seja voltada para o mercado externo, além da diferenciação da alíquota de importação de carros — 35% para as montadoras instaladas no País e 70% para as demais. As discussões sobre a MP continuam, tendo o País inicialmente apresentado um pedido de *waiver* (perdão) junto à OMC para manter em vigor a medida, o qual foi retirado em maio corrente visando realizar discussões bilaterais para resolver o impasse existente. Caso um dos países formalize uma queixa junto à OMC, uma eventual solução não será obtida em menos de dois anos, e o prazo de vigência dessa medida é até 1999, portanto, tempo necessário para os devidos ajustes.

Essa MP pode parecer extremamente discriminatória, mas tem base legal,¹ e, enquanto está sendo discutida pelo Brasil bilateralmente com os países-membros da OMC, o País ganha tempo para elevar a competitividade de sua indústria automotiva e de autopeças. As empresas desta última, dada

¹ O Governo brasileiro continuará a defender a MP com base no acordo de Trade-Related Investment Measures (TRIMs), que trata de medidas de investimento relacionadas com o comércio. O artigo reconhece que novas empresas podem se beneficiar das mesmas medidas de investimento que já estão estabelecidas no mercado interno. Como a Argentina e o Uruguai já têm regimes automotivos autorizados pela OMC, o Brasil alega que, com a entrada em vigor da união aduaneira do Mercosul (1º.01.95), as empresas brasileiras precisam ter condições de competitividade similar aos demais países-membros. (GM, 18.6.96, p.A-4).

a grande abertura da economia brasileira, têm apresentado significativas mudanças de controle acionário, tendo ocorrido, principalmente a partir do segundo semestre de 1995, inúmeras fusões e/ou aquisições por empresas estrangeiras.

Foi igualmente baixada uma portaria interministerial que estabeleceu cotas de importação e reduziu o prazo de financiamento para produtos têxteis oriundos de alguns países asiáticos e do Panamá. Pela decisão brasileira, cujas cotas valem por três anos a partir de 1º de junho deste ano, os países asiáticos que integram a OMC e atingidos pela medida — Coréia e Hong Kong — poderão exportar ao Brasil apenas o mesmo volume de produtos têxteis exportados entre abril de 1995 e março de 1996. Por outro lado, as importações provenientes das nações que não integram a OMC — China, Taiwan e Panamá — não poderão superar a metade das remessas realizadas nesse mesmo período. Já os países-membros do Mercosul, embora tenham ficado livres das cotas, foram atingidos pela redução do prazo de financiamento na importação de têxteis (ALBERTO JÚNIOR, 1996, p.5).

Note-se que os países desenvolvidos, apesar de seu discurso liberal, adotam várias medidas protecionistas, enquanto o Brasil ainda não adequou sua legislação de comércio exterior a uma maior exposição de sua economia ao comércio internacional. O principal parceiro comercial do Brasil e do Rio Grande do Sul são os EUA, e este tem estabelecido várias barreiras comerciais (tarifárias e não tarifárias), que vêm prejudicando as exportações do País de suco de laranja, frutas, legumes, carnes *in natura*, açúcar, frangos congelados, fumo e têxteis e vestuário, dentre outros.

Cabe ainda destacar duas grandes discussões que foram levadas ao fórum da OMC devido às restrições às exportações brasileiras de gasolina e produtos siderúrgicos. Quanto à gasolina, desde janeiro de 1995 o Brasil deixou de exportá-la a esse país, uma vez que os EUA obrigam os refinadores externos a reduzirem a emissão de poluentes, sob pretexto de preservar o ambiente. Já em março de 1995, o Brasil entrou com uma ação de contestação junto à OMC, considerando-a discriminatória, porque no próprio mercado interno dos Estados Unidos essa exigência é menor para a produção nacional, ganhando a questão em maio último. No que se refere aos produtos siderúrgicos, diversas empresas brasileiras têm sido obrigadas a pagar direitos "anti-dumping" e direitos compensatórios ou sobretaxas, o que prejudica sua competitividade no mercado norte-

-americano. O Brasil tem mantido conversações com os EUA no sentido de eliminar esses entraves, alegando que, com o processo de privatização das indústrias siderúrgicas, os novos controladores não têm responsabilidade por subsídios concedidos no passado, quando as mesmas eram estatais. Dado que essa tese não têm sido aceita e que existe na OMC uma cláusula (*sunset clause* ou cláusula do pôr-do-sol) que prevê o encerramento de antigos processos "anti-dumping", o Brasil, baseado nesta, vai solicitar o encerramento desses processos.

Estima-se que a perda de receita enfrentada pelos produtos brasileiros no mercado norte-americano em conseqüência das barreiras impostas (sanitárias, tarifárias e direitos "anti-dumping") seja de cerca de US\$ 1,5 bilhão por ano, cifra similar ao déficit comercial do Brasil em seu intercâmbio com os EUA em 1995, que foi de US\$ 1,6 bilhão (TACHINARDI, 1996, p.A-4).

Além de inúmeras discussões junto à OMC, no âmbito da política externa brasileira observou-se, neste semestre, uma grande preocupação do Governo com a abertura de novos mercados: (a) houve uma aproximação do Brasil com a Índia, a China e a Rússia, países com enormes potenciais de mercado, dado o contingente populacional; (b) foram assinados alguns acordos com Portugal e França, entre outros, visando aprofundar o acordo já fechado entre a União Européia (UE) e o Mercosul; (c) foi assinado um tratado de livre comércio do Mercosul com o Chile, fortalecendo a integração intrabloco e extrabloco; (d) está em tratativas, para um futuro próximo, a adesão de novos membros, com destaque para a Bolívia.

A taxa de câmbio

Dada a política de estabilização adotada, o Governo tem mantido os juros altos como forma de desaquecer a economia interna e atrair capitais externos, viabilizando a manutenção das reservas cambiais em níveis elevados e permitindo ao Banco Central (Bacen) maior ingerência sobre a variação da taxa cambial, dentro de limites preestabelecidos.

Para o corrente ano, não é esperada nenhuma modificação significativa na política cambial, e, desde setembro de 1995, as taxas de câmbio real e

efetiva real² têm se mantido praticamente constantes. Porém continua o quadro de sobrevalorização cambial produzido pela política de estabilização adotada entre julho de 1994 e início de 1995, mantendo-se, conseqüentemente, elevada a concorrência da produção interna com as importações.

A mudança na "banda larga", em 30 de janeiro de 1996, com a flutuação do dólar de R\$ 0,97 a R\$1,06, aumentando os limites anteriores, que eram de R\$ 0,91 a R\$ 0,99, vigentes até essa data, significou apenas o ajuste esperado dos limites de flutuação do câmbio, apesar do relevante acréscimo no teto da "banda". Deve-se ter presente que o dólar não flutua em toda a amplitude da "banda larga", mas apenas em pequenos intervalos, que são sucessivamente sinalizados pelo Bacen nos vários leilões de câmbio realizados, e que o mercado batizou de "minibandas". No decorrer do semestre, foram divulgados, sistematicamente, novos limites dentro de faixas de flutuação no câmbio, tendo encurtado o período de vigência das "minibandas", como um desdobramento normal da política do Bacen, uma vez que não está prevista nenhuma paridade fixa.

A alteração da "banda" leva em consideração o diferencial entre a inflação doméstica e a externa, sendo o desempenho das transações correntes fator relevante para a estabilidade cambial. A nova "banda" adotada em janeiro, com variação de 7% no teto, tem uma perspectiva de longa duração, pois a expectativa de desvalorização cambial nos próximos meses é similar à evolução esperada do IPA-FGV, que é ao redor de 8% até o fim do ano. A mudança cambial não afetou o mercado, mas revelou a preocupação do Governo com a balança comercial e confirmou que não há um sistema de paridade cambial fixo, tal como o ocorrido na Argentina. Prova disso são as desvalorizações na chamada "minibanda", as quais continuam a um ritmo razoavelmente uniforme: 0,6% em janeiro, 0,7% em fevereiro, 0,4% em março e abril e 0,5% em maio.

Com a flexibilização da política cambial, a chamada "defasagem cambial" tem se reduzido. Conforme dados da **Conjuntura Econômica**, "Tomando-se

² A taxa de câmbio real é a relação R\$/US\$ descontada a inflação interna e a externa. A taxa de câmbio efetiva real é a relação da moeda nacional (real) com uma cesta de moedas de 13 países, ponderada pela participação de cada país na corrente de comércio do Brasil no período 1992-94, descontadas a inflação interna e a inflação da cesta de moedas.

como base o mês de julho de 1994, ela caiu de 22% no início de 1995 para cerca de 9% no final do ano passado e vem se mantendo nesse patamar desde então". A estimativa da defasagem cambial pós-Real é de 9,3% no caso da taxa real/dólar e de 8,7% no caso da taxa efetiva.

Apesar da redução da defasagem, existem pressões para desvalorização significativa do real, baseada, em parte, na perda de participação da economia brasileira no comércio internacional, que atingiu apenas 0,9% em 1995. Porém não está prevista, até o momento, nenhuma alteração na condução da política cambial, pois qualquer correção da taxa de câmbio real teria imediatas repercussões sobre a economia brasileira.

Se, por um lado, a desvalorização aumentaria a receita dos exportadores, por outro, poderia estimular um novo surto inflacionário (a memória inflacionária ainda é muito recente), encareceria a importação de matérias-primas e de bens de capital indispensáveis para aumentar a competitividade interna e externa da economia. Ademais, como parte considerável do setor privado nacional se endividou em dólares, uma eventual desvalorização do real traria impactos financeiros para essa parcela do setor produtivo. Acrescenta-se, ainda, o aumento na quantidade de reais necessários para atender ao serviço da dívida externa contraída em dólares e ao incremento da dívida interna decorrente do excesso de divisas, e com o Bacen atuando como comprador de moeda estrangeira. Por tudo isso, enquanto houver um afluxo considerável de recursos na forma de investimentos ou de financiamentos externos e estabilidade financeira internacional, o Governo deverá postergar qualquer ajuste mais significativo.

A captação de recursos e as reservas internacionais

As reservas internacionais vêm crescendo sistematicamente desde abril de 1995 — quando eram de US\$ 29,9 bilhões, pelo conceito de caixa³, representando nove meses de importação de bens —, atingindo, em maio de

³ No conceito de caixa, o Bacen contempla os haveres prontamente disponíveis e, no conceito de liquidez internacional, agrega aos valores do conceito de caixa os haveres representativos de títulos de exportação e de outros haveres de médio e longo prazos.

1996, US\$ 58,0 bilhões, que equivale a 15 meses de importações. Apenas nos primeiros cinco meses deste ano, as reservas cambiais aumentaram 15,1%, e, de maio de 1995 a maio de 1996, o acréscimo foi de 83%. Estima-se que as reservas, no conceito de caixa, para junho cheguem próximo a US\$ 60 bilhões.

A maciça entrada de divisas e o risco inerente de acumular reservas formadas basicamente por capitais mais voláteis levaram o Banco Central à imposição de novas restrições, anunciadas no início de fevereiro. Essas medidas, destacando-se a que restringe a utilização da Resolução nº 63, tiveram impacto sobre o resultado líquido em março, quando os investimentos externos em moeda apresentaram o menor resultado líquido do quadrimestre, dado o decréscimo líquido dos investimentos em *portfolios*⁴. Por outro lado, em maio o Governo afrouxou o controle cambial, liberando remessas ao Exterior de pequenos valores (até US\$ 3 mil) sem qualquer justificativa e restringindo a entrada de capitais via contas CC-5, para arbitrar as taxas de juros internacionais (baixas) com as domésticas (bem altas) via dólar flutuante. Tudo isso visando restringir a entrada e estimular a saída de dólares de caráter especulativo.

Conforme dados do Banco Central, a captação de recursos externos de janeiro a maio foi de US\$ 28,4 bilhões, representando um acréscimo de 93% em relação ao mesmo período do ano anterior. No volume captado, destacam-se os investimentos (US\$ 14,2 bilhões) e os empréstimos em moeda (US\$ 8,9 bilhões), cujos incrementos em relação ao mesmo período de 1995 foram de 64% e 286% respectivamente. O aumento do fluxo líquido de investimentos até maio deveu-se, principalmente, ao elevado incremento líquido dos investimentos diretos, que atingiu US\$ 3,3 bilhões, com significativo ingresso em maio corrente, e às aplicações líquidas em *portfolio* (US\$ 2,9 bilhões), que, à exceção de março de 1996, foram sempre positivas, mostrando a grande atratividade do Brasil como captador de recursos externos. No que se refere aos empréstimos em moeda, salientaram-se os financiamentos rurais, que foram nulos em igual período do ano anterior, e

⁴ Constituem-se investimentos em *portfolio* as aplicações em valores mobiliários, em ativos financeiros e em *depository receipts* (recibos de depósito).

os bônus e *notes*⁵, que tiveram um incremento no período de 547%. Até o final do semestre, espera-se um incremento das reservas internacionais, como já assinalado acima, indicando que as restrições impostas pelo Bacen não estão tendo o efeito esperado.

Mas as elevadas reservas internacionais têm gerado grandes discussões sobre seu tamanho e seu impacto negativo sobre a dívida interna (aumenta a dívida mobiliária do Governo) e, conseqüentemente, sobre o déficit público. Essas reservas, ao serem depositadas em bancos internacionais, são remuneradas às taxas de mercado, bastante inferiores aos juros pagos sobre a dívida interna em títulos, portanto, implicando elevado encargo fiscal para a estocagem dos dólares que ingressam no País.

As estimativas para o corrente ano são de um aumento das reservas, mas também se prevê uma diminuição das perdas financeiras referentes à manutenção das reservas cambiais, dada a redução dos juros internos concomitantemente com um aumento das taxas internacionais. Entretanto haverá reflexos no serviço da dívida externa do País, dado o aumento do pagamento de juros.

É interessante observar que, à medida que caem os juros internos, diminui a entrada de capitais de curto prazo e passa a ingressar o de mais longo prazo, alterando o perfil das reservas cambiais. No ano de 1995, os investimentos diretos líquidos foram de US\$ 3,0 bilhões, e de janeiro-maio corrente, já alcançaram US\$ 3,3 bilhões, valor superior ao de todo o ano anterior. Mesmo assim, estima-se que, até o fim do ano, ampliará ainda mais a entrada de investimentos diretos e de empréstimos intrafirma, ou seja, empréstimos efetuados dentro de uma mesma empresa, da matriz para a filial.

O elevado aumento dos investimentos diretos, principalmente para a compra de empresas, como a privatização da Light (US\$ 1,2 bilhão de capitais estrangeiros para a compra de ações), e para a expansão dos investimentos já existentes, como no caso de algumas montadoras, aliado ao alongamento dos prazos de captação externa de bancos e empresas, permitirá ao Brasil financiar seu déficit em conta corrente com menos capitais de curto prazo e com mais de longo prazo. Em função dessa mudança do perfil das reservas, os técnicos do Governo afirmam que a entrada de dólares não é preocupante.

⁵ Bônus e *notes* são títulos lançados no Exterior, por meio de colocação pública ou privada, por empresas ou bancos estabelecidos no Brasil.

A balança comercial

A balança comercial brasileira registrou, em maio, um superávit de US\$ 268 milhões, revertendo o déficit acumulado até abril e gerando um saldo positivo de US\$ 31 milhões no período janeiro-maio, dado que o incremento das exportações foi maior que o das aquisições externas. Nos primeiros cinco meses de 1996, as exportações brasileiras atingiram US\$ 19,079 bilhões, representando um incremento de 10% em relação aos primeiros cinco meses de 1995, enquanto as importações decresceram 8,52%.

As exportações brasileiras

No período em análise, os produtos metalúrgicos foram o destaque das exportações, sendo que, no segmento de ferro e aço, foram vendidos US\$ 1,832 bilhão, com um incremento de 30% no valor e na quantidade exportada (Tabela 1). Grãos e farelo de soja também tiveram bom desempenho, graças a aumentos de preços de 39% e 26% respectivamente, que compensaram a redução do volume exportado. Salienta-se igualmente o suco de laranja, com US\$ 540,6 milhões, um aumento das vendas de 22,8% e do preço médio de 12% em relação a igual período do ano anterior.

As maiores perdas entre os principais produtos de exportações ocorreram nas *commodities*. O café em grão diminuiu sua receita em 47,9%, em função de um menor volume exportado e da queda dos preços externos em relação a idêntico período de 1995. Também houve perdas de receitas de açúcares (37%), dada a redução do volume exportado. O setor de papel e celulose diminuiu o valor das vendas externas, pois, apesar do incremento no volume exportado, teve uma queda nos preços externos de 21%, os quais, no passado, se encontravam em patamares excessivamente elevados no mercado internacional. "Para o segundo semestre, os resultados serão prejudicados com a queda de preços de produtos com grande peso na exportação: açúcar (safra recorde mundial confirmada); papel e celulose (recoo de até 50% sobre 1995), suco de laranja e café (a menos que venham as geadas)." (BIONDI, 1996, p.2-2).

Tabela 1

Exportações do Brasil por capítulos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias — jan.-maio/95 e jan.-maio/96

PRODUTOS	US\$ MIL FOB		VARIÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %	
	Jan.-Maio/96	Jan.-Maio/95		Jan.-Maio/96	Jan.-Maio/95
72 - Ferro fundido, ferro e aço	1 832 217	1 405 878	30,33	9,60	8,11
84 - Caldeiras, máquinas e instrumentos mecânicos, etc	1 687 850	1 596 502	5,72	8,85	9,21
26 - Minérios, escórias e cinzas	1 171 913	1 097 175	6,81	6,14	6,33
87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos etc	1 101 358	1 081 311	1,85	5,77	6,24
23 - Resíduos das indústrias alimentares; alimentos para animais	1 070 579	680 527	57,32	5,61	3,93
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	651 080	630 459	3,27	3,41	3,64
85 - Máquinas, aparelhos e material elétricos, etc	632 751	583 377	8,46	3,32	3,37
76 - Alumínio e suas obras	598 411	567 796	5,39	3,14	3,28
20 - Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc	594 678	473 894	25,49	3,12	2,73
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	560 154	318 835	75,69	2,94	1,84
12 - Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc	534 664	373 844	43,02	2,80	2,16
09 - Café, chá, mate e especiarias	499 346	916 308	-45,50	2,62	5,29
47 - Pastas de madeira, etc., desperdícios e aparas de papel	480 346	555 280	-13,49	2,52	3,20
02 - Carnes e miudezas, comestíveis	473 781	368 510	28,57	2,48	2,13
44 - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	448 931	431 501	4,04	2,35	2,49
SUBTOTAL	12 338 060	11 081 199	11,34	64,67	63,94
Outros	6 740 814	6 248 081	7,89	35,33	36,06
TOTAL GERAL	19 078 875	17 329 280	10,10	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Enquanto as importações de matérias-primas tiveram uma redução de 5,2% de janeiro a maio, as aquisições de bens de consumo do Exterior, exceto automóveis, registraram um aumento de 49%, o que tem se refletido em grandes pressões para o controle das importações. Uma grande preocupação refere-se à tendência de crescimento das importações agrícolas no segundo semestre, principalmente de trigo, milho e arroz, a preços elevados.

Os principais países de destino das exportações brasileiras, de janeiro a maio de 1996, foram: EUA, Argentina, Países Baixos, Japão, Alemanha. Os Países Baixos apresentaram a maior taxa de crescimento (47%), e a Alemanha diminuiu (4%) até maio em comparação com os cinco primeiros meses do ano anterior (Tabela 2).

Tabela 2

Exportações do Brasil por países — jan.-maio/95 e jan.-maio/96

PAÍSES	US\$ MIL FOB		VARIACÃO %	PARTICIPAÇÃO %	
	Jan.-Maio/96	Jan.-Maio/95		Jan.-Maio/96	Jan.-Maio/95
Estados Unidos ..	3 750 784	3 476 127	7,90	19,66	20,06
Argentina	1 856 893	1 682 144	10,39	9,73	9,71
Países Baixos	1 574 001	1 071 991	46,83	8,25	6,19
Japão	1 267 881	1 178 304	7,60	6,65	6,80
Alemanha	785 617	821 292	-4,34	4,12	4,74
Itália	707 438	679 316	4,14	3,71	3,92
Bélgica	568 379	570 887	-0,44	2,98	3,29
Reino Unido	556 626	486 917	14,32	2,92	2,81
Paraguai	549 697	519 868	5,74	2,88	3,00
Chile	411 172	460 663	-10,74	2,16	2,66
SUBTOTAL	12 028 488	10 947 509	9,87	63,05	63,17
Outros	7 050 387	6 381 771	10,48	36,95	36,83
TOTAL	19 078 875	17 329 280	10,10	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

As elevadas compras de bens de consumo do Exterior a preços mais baixos têm contribuído para a estabilização dos preços no Brasil, mas, para assegurar o crescimento da economia interna, seria necessário que o aumento das importações estivesse concentrado relativamente mais em bens de capitais e em insumos e menos em bens de consumo.

A redução das tarifas de importação, aliada aos seus elevados prazos de financiamento (180 dias), às condições de financiamento (taxas de 6% a 10% ao ano) e ao crédito abundante, tem estimulado a substituição de produtos domésticos por produtos importados. Portanto, o diferencial de prazos e o de juros interno-externo, além de incentivar a importação, pode permitir um lucro extra-operacional àquelas empresas que utilizam esses recursos para aplicar, temporariamente, as receitas advindas das vendas de produtos importados no mercado financeiro interno. Por tudo isso, o comportamento da taxa de câmbio real e efetiva é um retrato apenas parcial do que ocorre com a competitividade da produção doméstica em relação aos produtos importados, existindo estimativas de que, computadas as vantagens financeiras, o custo real da importação caia cerca de 15% a 20%.

Dadas as críticas em geral quanto à apreciação da taxa de câmbio e do elevado Custo Brasil, poderia ser esperado um decréscimo nas exportações, o que, até maio de 1996, não ocorreu. Tal fato deve-se, provavelmente, à diminuição de preço dos bens intermediários importados, o que pode estar reduzindo custos da produção para vendas externas, aliado a acréscimos de produtividade, embora se registre uma queda na relação câmbio/salário.

A relação câmbio efetivo/salário serve como uma medida da rentabilidade das exportações, ao revelar o preço relativo entre o setor internacionalizado e o doméstico. Essa relação, que havia apresentado uma certa estabilidade nos 10 primeiros meses de 1995, registrou um aumento em novembro-dezembro de 1995, cuja tendência foi revertida no primeiro trimestre de 1996, com redução da relação câmbio efetivo/salário explicada principalmente por uma elevação de salários, que veio acompanhada por significativos ganhos de produtividade, dado que, nesses três meses, a taxa de câmbio efetiva real permaneceu praticamente estável (B. Conj., 1996, p.A21).

Estímulo às exportações

A grande preocupação do Governo com o desempenho positivo da balança comercial levou-o a adotar uma série de medidas para reduzir o custo das empresas, incentivar as exportações e desestimular a importação de produtos sensíveis, tais como vinho, tecidos e confecções, veículos, calçados, etc. Entretanto, a partir de junho, o Governo também acabou com o limite de 20% para o pagamento antecipado de produtos, fixado em abril de 1995, quando ocorreu

grande fuga de capital para o Exterior, podendo o pagamento antecipado ser acertado entre as partes e quitado em até 100%. Essa modificação não deverá implicar relevantes aumentos nas importações, mas, de qualquer maneira, as medidas de flexibilização denotam que não existe receio, pelo menos a curto prazo, de uma possível diminuição das reservas existentes.

Visando incrementar as vendas externas, em junho o Governo lançou linhas de financiamentos do BNDES para exportação de produtos manufaturados. Com o objetivo de aumentar a rentabilidade das exportações através do financiamento de capital de giro a custos mais baixos, foram selecionados alguns setores da economia com grande potencial de vendas externas, dependentes apenas de estímulo adicional. Os setores selecionados foram: calçados, confecções, autopeças, móveis, manufaturados ornamentais de mármore e granito, revestimentos cerâmicos como pisos e azulejos, eletrodomésticos da linha branca, eletroeletrônicos de consumo (televisores, gravadores, etc.), cutelaria e manufaturados de plásticos. Nessas linhas, está prevista a aplicação de US\$ 1 bilhão no prazo de um ano, sendo que cada empresa terá como limite de financiamento US\$ 10 milhões, representando, no máximo, 85% do valor da exportação. O custo do financiamento, além do risco cambial, é estimado em torno de 11% a.a., englobando o custo básico da Libor semestral (5,75%), a taxa de risco (2,5%) e a taxa do agente financeiro (3%). O prazo de pagamento é de 15 meses, com carência de até nove meses. Como não é esperada modificação na política cambial, o custo desse financiamento é significativamente inferior aos existentes no sistema bancário nacional.

Além desse financiamento, foram anunciadas medidas complementares para entrarem em vigência no início do próximo ano. Cabe destacar o seguro de crédito às exportações contra riscos políticos extraordinários — que serão cobertos em até 85%, com recursos do Tesouro Nacional — e contra riscos comerciais. Será criada uma empresa privada de seguro de crédito contra riscos comerciais, com participação acionária — minoritária — do Banco do Brasil, de uma empresa estrangeira e de seguradoras de capital nacional.

O Governo deve encaminhar ao Congresso, ainda este ano, a Lei Única do Comércio Exterior. Esse documento está sendo elaborado pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), onde se pretende sintetizar todas as regras existentes e reorganizar o sistema institucional do comércio exterior. Essa lei deverá contemplar a criação de fundos de financiamento e a implementação do seguro de crédito às exportações, prevendo-se a diminuição da incidência de tributos federais sobre as vendas externas e sobre o adicional de frete para renovação da Marinha Mercante.

As exportações do Rio Grande do Sul

No período janeiro-maio de 1996, o valor das exportações gaúchas foi de US\$ 2.198,8 milhões, representando um acréscimo de 13,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com um decréscimo de 6% na quantidade exportada. O desempenho das exportações gaúchas está diretamente ligado aos setores de calçados, fumo e soja.

Os principais países destinatários das vendas gaúchas são os EUA, a Argentina, a Itália, o Reino Unido, a Alemanha e o Uruguai (Tabela 3).

Tabela 3

Exportações do RS por países — jan.-maio/95 e jan.-maio/96

PAÍSES	US\$ MIL FOB		VARIÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %	
	Jan.-Maio/96	Jan.-Maio/95		Jan.-Maio/96	Jan.-Maio/95
Estados Unidos	648 774	527 844	22,91	29,51	27,18
Argentina	182 595	150 936	20,98	8,30	7,77
Itália	119 180	106 436	11,97	5,42	5,48
Reino Unido	95 761	91 457	4,71	4,36	4,71
Alemanha	94 539	79 237	19,31	4,30	4,08
Uruguai	78 548	73 055	7,52	3,57	3,76
Espanha	71 322	63 911	11,60	3,24	3,29
China	69 172	75 528	-8,42	3,15	3,89
Paraguai	67 849	71 977	-5,73	3,09	3,71
Japão	63 845	46 724	36,64	2,90	2,41
SUBTOTAL	1 491 584	1 287 106	15,89	67,84	66,28
Outros	707 228	654 871	8,00	32,16	33,72
TOTAL GERAL	2 198 812	1 941 977	13,23	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) junto aos exportadores, os principais problemas nas exportações gaúchas são, por ordem: defasagem cambial, custo de transporte, escassez de financiamentos e de seguros de crédito, empecilhos burocráticos, concorrência desleal de outros países, barreiras não tarifárias e tarifárias no país de destino, altos custos internos e desatualização tecnológica (OBSTÁCULOS..., 1996, p.9).

O segmento que apresentou maior valor exportado foi o de calçados e artefatos (US\$ 561,4 milhões), seguido do fumo e seus sucedâneos manufaturados (US\$ 339,6 milhões), perfazendo 41% do total das vendas externas. Comparando-se os primeiros cinco meses do corrente ano com igual período do ano anterior, observa-se que a taxa de crescimento do setor de calçados foi de 7,6%, enquanto a de fumos mais do que dobrou (104%) (Tabela 4).

Tabela 4

Exportações do RS por capítulos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias — jan.-maio/95 e jan.-maio/96

PRODUTOS	US\$ MIL FOB		VARIÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %	
	Jan.-Maio/96	Jan.-Maio/95		Jan.-Maio/96	Jan.-Maio/95
	64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	561 384	521 499	7,65	25,53
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	339 647	166 442	104,06	15,45	8,57
23 - Resíduos das indústrias alimentares; alimentos para animais	195 345	152 488	28,10	8,88	7,85
84 - Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, etc	150 936	138 645	8,86	6,86	7,14
41 - Peles, exceto peleteria (peles com pelos), e couros	95 140	76 077	25,06	4,33	3,92
02 - Carnes e miudezas, comestíveis	87 015	84 837	2,57	3,96	4,37
39 - Plásticos e suas obras	83 429	57 973	43,91	3,79	2,99
15 - Gorduras, óleos e ceras, animais ou vegetais	80 399	125 841	-36,11	3,66	6,48
87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos, etc	69 680	68 884	1,16	3,17	3,55
40 - Borracha e suas obras	52 479	30 090	74,41	2,39	1,55
47 - Pastas de madeira, etc.; desperdícios e aparas de papel	39 463	52 974	-25,50	1,79	2,73
82 - Ferramentas, artefatos, cutelaria e talheres, etc	39 329	39 298	0,08	1,79	2,02
94 - Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc	36 532	33 619	8,66	1,66	1,73
29 - Produtos químicos orgânicos	35 788	51 165	-30,05	1,63	2,63
85 - Máquinas, aparelhos e material elétricos, etc	31 630	24 662	28,26	1,44	1,27
SUBTOTAL	1 898 194	1 624 494	16,85	86,33	83,65
Outros	300 618	317 483	-5,31	13,67	16,35
TOTAL GERAL	2 198 812	1 941 977	13,23	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice

O aumento no preço médio dos sapatos de couro exportados deve-se, basicamente, à sua melhor qualidade, que foi uma das maneiras de driblar a grande concorrência de produtos de baixo preço e de materiais alternativos (tecidos, borrachas, sintéticos) vendidos pelos asiáticos para os EUA, maior mercado consumidor de calçados femininos gaúcho.

O baixo preço dos calçados chineses também estimulou a maciça entrada de calçados no Brasil, levando os empresários desse setor a pressionarem pela elevação da tarifa de importação sobre o produto. Conseqüentemente, em maio de 1995, as alíquotas aumentaram de 20% para 67%, desestimulando em parte a aquisição de calçados, principalmente chineses. Estava previsto em abril de 1996 a redução das alíquotas para o mesmo patamar anterior (20%), mas, dado o elevado nível de desemprego no setor, que tem gerado grandes pressões na região do Vale do Sinos, estas diminuíram para 40% constituindo-se numa exceção à lista Dallari.

O setor coureiro-calçadista tem feito várias reivindicações para restringir as exportações de couros *wet-blue* e salgados — primeiro estágio de produção —, que vão abastecer as indústrias concorrentes no Exterior. Até maio corrente, as vendas de peles e couros somaram US\$ 95 milhões, representando um acréscimo de 25% no valor exportado, enquanto no volume o aumento foi de 123%, denotando que a preocupação do setor é fundamentada por vendas de produtos de menor valor.

O maior incremento das vendas externas de fumo ocorreu no mês de maio (US\$ 120,4 milhões), sendo prevista, no RS, a ampliação da capacidade produtiva das empresas Souza Cruz e Universal Leaf Tabacos, devido ao aquecimento do mercado mundial, uma vez que grande parte da produção será destinada a exportações.

Quanto ao complexo soja, foram exportados, de janeiro a maio corrente, US\$ 191,5 milhões de farelo de soja, US\$ 77,5 milhões de óleo de soja em bruto e US\$ 23,2 milhões de soja (mesmo triturada). Comparando-se esse período com os primeiros cinco meses de 1995, percebe-se um incremento no valor das vendas de farelo (29%) e uma diminuição no valor exportado de óleo (37%) e de grãos (50%). No farelo, até maio o incremento de preço foi de 43,7%; e o decréscimo da quantidade, de 11,5%. Nos grãos de soja, os aumentos de preços no mercado internacional (33%) não compensaram a substancial queda da quantidade exportada. Além disso, os agricultores gaúchos sentiram os efeitos da estiagem que atingiu o Estado nos últimos meses com queda de produtividade e da área colhida de soja.

A integração regional

Mercosul: a formação de uma zona de livre comércio com o Chile

Na reunião de cúpula do Mercosul, que reuniu os presidentes dos quatro países-membros do Mercosul e mais os presidentes do Chile e da Bolívia em São Luís, na Argentina, no mês de junho passado, foi assinado o Acordo de Complementação Econômica (ACE) entre o Mercosul e o Chile, criando uma zona de livre comércio do bloco com esse país. O acordo não representa a integração do Chile como membro pleno do Mercosul, mas apenas como membro associado à zona de livre comércio, uma vez que o Chile não adere à Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco. Serão preservadas as preferências negociadas nos acordos bilaterais vigentes entre cada um dos quatro países-membros do Mercosul e o Chile, com alteração progressiva das correntes comerciais existentes. Esse novo estilo de relacionamento, a partir da associação de outros países da região ao Mercosul, estabelece as bases para a Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA).

A data para a entrada em vigor do ACE está prevista para o dia 1º de outubro de 1996. O cronograma de reduções tarifárias prevê, para 90% do universo de produtos negociados na região, uma redução tarifária inicial de 40%, chegando à isenção total em oito anos. Os 10% restantes, classificados como produtos sensíveis, são divididos em vários grupos com diferentes soluções de prazos.

Os chilenos barganharam, até o último momento, o trunfo de uma saída privilegiada para os países da Ásia e do Pacífico e, assim, conseguiram várias conquistas dentro de suas reivindicações, tais como prazos de carência para a redução tarifária de produtos sensíveis e ainda mais prolongados para produtos particularmente sensíveis. Além disso, a Argentina teve que ceder e baixar 30% dos impostos de importação aos têxteis e calçados que chegam do Chile e renunciar à cobrança da taxa de estatística de 3%, sobretaxa que é cobrada de importações oriundas de países que não fazem parte do Mercosul. Com o acordo, os negociadores chilenos asseguraram, também, uma melhora nas condições de entrada no mercado brasileiro de produtos como frutas, vinhos, arame, produtos de cobre e bicicletas, que passarão a concorrer fortemente no mercado brasileiro com produtos semelhantes da Argentina,

mas não conseguiram que o Brasil retirasse da sua lista de exceções alguns tipos de vinho e o pêssego em calda, nem obtiveram cotas e taxas preferenciais para esses itens, o que resguarda os produtores do Rio Grande do Sul.

Uma das concessões mais importantes que os países-membros do Mercosul fizeram foi permitir aos chilenos a manutenção do mecanismo de admissão temporária na elaboração de produtos destinados ao Mercosul. Isso significa que o Chile, durante os próximos cinco anos, pode importar determinado insumo isento de impostos alfandegários e reexportá-lo como parte integrante de um produto final a um dos sócios do Mercosul.

É claro que essas conquistas tiveram sua contrapartida: o Brasil conseguiu vantagens no mercado chileno em relação à área automotiva, com o estabelecimento de cotas anuais para exportações desse segmento com descontos preferenciais que vão de 75% a 100% sobre a tarifa de 11%. Esse acordo representa um potencial de vendas adicionais do Brasil ao Chile de cerca de US\$ 250 milhões e recupera o desvio de comércio que estava ocorrendo nas importações chilenas, onde o México estava substituindo o Brasil como fornecedor nesse segmento, em função de um acordo de livre comércio entre o Chile e o México que entrou em vigor em 1995. Não está descartada a possibilidade de o Brasil e o Chile acordarem em breve uma cota de comércio para o setor, com base na média das exportações brasileiras para o Chile nos últimos três anos.

Uma questão que estava dificultando sobremaneira as negociações refere-se ao artigo 44 do Tratado de Montevidéu de 1980, da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), à qual pertencem todos os países do Mercosul e o Chile. Esse artigo impõe que qualquer vantagem concedida por um dos países-membros a outros países de fora da Associação deverá ser estendida aos outros membros. O México, para poder entrar no Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (Nafta) e permanecer na Aladi, teve que pedir um *waiver* e se comprometer a pagar compensações aos países da Aladi que alegassem prejuízo. Entretanto o México acabou não pagando, até o presente, compensações de qualquer natureza. Para evitar uma situação semelhante, uma nova sistemática foi acertada com o Chile: qualquer uma das partes que assine acordos não previstos no Tratado de Montevidéu de 1980 terá 15 dias para informar à outra parte sobre as negociações e oferecer-lhe o pacote negociado. Se a oferta for rechaçada, serão negociadas compensações, e, se persistirem os desacordos, a comissão administradora do Acordo convocará um painel de especialistas para julgar o caso.

Com a Bolívia foi assinada uma ata que estabelece as bases para um acordo semelhante ao chileno. O texto principal é similar, mas a discussão sobre os produtos ainda está em curso, e as listas de produtos somente ficarão prontas em dezembro de 1996. Apesar disso, os prazos fundamentais já foram fixados na ata assinada em São Luís. Mais de 90% dos produtos objeto do intercâmbio atual entre a Bolívia e os países do Mercosul terão uma redução tarifária de 30% a partir de 1º de janeiro de 1997. Essas reduções tarifárias serão periódicas, até atingir tarifa zero num prazo de 10 anos.

Evidentemente, esses dois acordos do Mercosul têm um elevado conteúdo político e estratégico. Diante da comunidade internacional, o projeto Mercosul sai fortalecido, pois o fato de outros países da região quererem se associar denota a atratividade do grupo como núcleo aglutinador, dando maior credibilidade ao projeto. Além disso, o Brasil sai fortalecido, uma vez que ganha força sua proposta de que as negociações com o Nafta — para se chegar a uma zona de livre comércio hemisférica em 2005 — ocorram apenas na base de *building blocks*, ou seja, de blocos constitutivos, consolidando primeiro os blocos já existentes na América Latina. Além desse aspecto, o Mercosul ganha, com a associação do Chile, uma saída do bloco para o Oceano Pacífico, permitindo o fortalecimento de eixos horizontais de correntes de comércio e rotas bioceânicas.

Na mesma reunião de cúpula, os Presidentes também aprovaram uma declaração que cria um mecanismo de consulta e articulação política entre Ministros das Relações Exteriores para cuidar de questões políticas internas e externas, que já estava funcionando informalmente.

Mercosul: o intercâmbio comercial

Dados recentes sobre o intercâmbio comercial do Brasil com os outros países-membros do Mercosul indicam que o mesmo continua em ascensão (Tabela 5). As exportações brasileiras para os integrantes da união aduaneira, entre janeiro e maio de 1996, cresceram 7% em relação a igual período do ano passado, atingindo US\$ 2,7 bilhões, representando 14% das exportações totais do País. Entretanto as exportações para o Chile atingi-

ram, até maio, US\$ 411 milhões, com redução de 10% no valor, em relação a janeiro-maio/95.

As importações brasileiras originárias dos países-membros representaram, no primeiro quadrimestre, 16,4% das importações totais. O saldo deficitário brasileiro em relação aos outros parceiros só não foi maior graças aos reiterados superávits no intercâmbio com o Paraguai.

Tabela 5

Intercâmbio comercial do Brasil com países do Mercosul — jan.-mar./95 e jan.-mar./96

(US\$ milhões FOB)

DISCRIMAÇÃO	BRASIL					
	Jan.-Mar./96			Jan.-Mar./95		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Argentina	977,9	1 459,4	-481,5	1 002,5	1 326,6	-324,1
Paraguai	306,4	96,3	210,1	295,7	119,2	176,5
Uruguai	174,0	204,4	-30,4	189,9	197,5	-7,6
Mercosul (A)	1 458,3	1 760,1	-301,8	1 488,1	1 643,3	-155,2
Total Brasil (B)	10 301,8	10 737,5	-435,7	9 730,6	12 065,7	-2 335,1
Participação % (A/B)	14,16	16,39	-	15,29	13,62	-

FONTE: ALBERTO JÚNIOR, Carlos (1996). Comércio mais dinâmico. *Gazeta Mercantil Latino-Americana*: Semanário do Mercosul. Rio de Janeiro, v.1, n.7, p.3, 20-26 maio.

O segundo principal parceiro do Brasil, após os EUA, tem sido a Argentina, que adquiriu do Brasil, nestes primeiros cinco meses, US\$ 1,8 bilhão, com um incremento de 10% em relação ao mesmo período de 1995. O Brasil, por sua vez, é o maior país importador individual de produtos argentinos, participando com aproximadamente 26% das vendas externas daquele país. De acordo com informações divulgadas pelo Embaixador argentino Alieto Guadagni (TACHINARDI, 1996b, p.A-4), existem expectativas de crescimento das exportações argentinas para o Brasil no corrente ano, que deverão atingir US\$ 7 bilhões, sendo

o superávit comercial em favor da Argentina estimado em US\$ 2,5 bilhões. Desde dezembro de 1991, a corrente de comércio (exportações mais importações) aumentou 186%, atingindo US\$ 13,1 bilhões no final de 1995, com um crescimento médio de 30% ao ano. Entretanto esse ritmo dificilmente poderá ser mantido nos próximos anos, uma vez que as possibilidades de complementaridade das economias, com a atual capacidade instalada, tendem a se esgotar.

Ainda nos primeiros cinco meses de 1996, as vendas brasileiras para o Paraguai atingiram US\$ 549,6 milhões, com um acréscimo de 5,7%, enquanto as exportações para o Uruguai, nos mesmos meses, tiveram uma queda de 6,4%, com o valor acumulado de apenas US\$ 299,7 milhões.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, de janeiro a maio de 1996, exportou para a Argentina US\$ 182,6 milhões, com destaque para produtos petroquímicos (polietilenos, butadienos, benzeno), colhedeiras, carnes de suíno, reboques/semi-reboques, motor a Diesel/semidiesel, ônibus e partes e acessórios para veículos. Para o Uruguai, o valor das vendas foram de US\$ 78,5 milhões, principalmente de mate, lã de tosquia, produtos petroquímicos (polietileno e polipropileno), partes e acessórios para veículos e carnes de suínos. Para o Paraguai e o Chile, as exportações foram de US\$ 67,8 milhões e US\$ 48,1 milhões respectivamente. Os países-membros do Mercosul participam com 15% das vendas externas do Estado e, adicionando-se o Chile, a representatividade passa para 17%, denotando a importância do bloco regional para a economia sul-rio-grandense.

Em contraposição aos avanços no processo de integração do Mercosul , o primeiro semestre de 1996 foi palco de um novo atrito comercial entre os países-membros do Mercosul, em decorrência da medida unilateral tomada pelo Brasil no início do mês de abril, reduzindo o prazo de financiamento para a importação de têxteis e de confecções de 180 para 30 dias. Com o fim da lista Dallari em abril deste ano (que protegia vários produtos do setor com alíquota de importação de 70% em média), os têxteis passaram para a alíquota de 20% fixada pela TEC do Mercosul. Assim, o Governo passou a adotar as medidas de salvaguarda permitidas pelo Acordo de Têxteis e Vestuário da OMC, com a redução do prazo de financiamento para manter a proteção ao setor.

O Uruguai primeiro e o Paraguai a seguir decidiram não assinar qualquer acordo internacional em nome do Mercosul até que o Brasil revogue a restrição à importação de têxteis. De fato, com a redução no prazo de financiamento aos importadores brasileiros, todos os países-membros perderam mercado,

mas o Uruguai foi o país mais afetado pela medida, pois cerca de 60% da produção interna de têxteis destina-se ao Brasil.

O conflito com os parceiros do Mercosul decorre fundamentalmente do fato de algumas autoridades brasileiras não terem assimilado, ainda, que as decisões que afetam a política comercial brasileira devem estar em harmonia com os compromissos de integração econômica assumidos.

Como os parceiros do Mercosul se sentiram prejudicados, o Brasil dispôs-se a negociar a retirada da redução dos prazos de financiamento para importações de têxteis provenientes dos países do Mercosul, desde que os sócios aceitassem a ampliação do número de produtos da lista de exceção brasileira à TEC. A inclusão na lista de exceção seria uma alternativa mais eficaz para proteger os produtos mais expostos à concorrência desleal, visto que, através dessa alternativa, seria permitido um aumento das alíquotas. Assim, na reunião do Grupo Mercado Comum anterior à reunião de cúpula dos presidentes em São Luís, o Brasil obteve autorização para aumentar sua lista de exceções em 18 itens, aquém do número reivindicado de cerca de 40 itens, mas suficiente para solucionar o impasse dos têxteis.

Além disso, foi renovado o mecanismo de abastecimento de matérias-primas com alíquota zero para importações provenientes de terceiros mercados, nos casos em que ficar comprovada a falta de produto no espaço integrado, podendo, cada país, apresentar uma lista de 20 produtos nessa situação, a cada semestre (TACHINARDI, 1996c, p.A-1, A-4).

Mercosul: os problemas de infra-estrutura

O aumento do fluxo de comércio entre os países do Mercosul colocou em evidência as carências da infra-estrutura de transportes, que oneram as comunicações, o transporte de mercadorias e de passageiros e, portanto, dificultam um maior entrosamento entre os países.

Entretanto algumas medidas já estão sendo tomadas pela iniciativa privada e pelos governos para superar esse entrave. Na área dos transportes, destaca-se o novo impulso que está sendo dado à navegação de cabotagem, com a inauguração de transportes de carga na rota Rio de Janeiro—Buenos Aires, no início do mês de junho. Esta, substituindo o transporte por caminhão, permitirá a redução no custo do transporte de um contêiner de US\$ 1.350 para US\$ 350. No porto do Rio de Janeiro, está prevista, ainda, a instalação de um terminal, o qual

proporcionará uma queda nos custos de operação, além da existência do comprometimento por parte do Sindicato dos Estivadores de reduzir os custos da estiva em 30% no transporte para o Mercosul (LOBO, 1996, p.5). Foi também estabelecida uma linha marítima regular para cargas — Salvador—Rio de Janeiro—Buenos Aires — a partir do mês de junho.

As perspectivas de mudança no transporte de mercadorias no Mercosul, nos próximos anos, são grandes. A privatização dos portos e das ferrovias prevista no Brasil, bem como a intensificação do transporte fluvial, deverá modificar o perfil do setor, provocando uma maior concorrência entre os diversos meios de transporte e facilitando a intermodalidade.

Além disso, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia estão prestes a rubricar um acordo aéreo multilateral, formando um sistema de transporte sub-regional que permitirá às empresas aéreas regionais operarem vôos entre pontos da região. A Rio-Sul, por exemplo, solicitou ao Governo brasileiro a criação de novas rotas para o sistema sub-regional, como a ligação Porto Alegre—Livramento—Córdoba (Argentina). O sistema aéreo sub-regional possibilitará economia de custos e de horas de vôo, incluindo serviços regulares de passageiros, cargas e correios em rotas que não interfiram nas definidas pelos acordos aéreos bilaterais (BRANDÃO JÚNIOR, 1996, p. C-5).

No que se relaciona à integração energética, o Brasil e a Argentina tomaram algumas decisões relevantes no último mês de abril, numa reunião entre os Presidentes de ambos países em Buenos Aires. Atualmente, a Argentina apresenta excesso de capacidade instalada para a geração de energia, o qual será ainda ampliado até o ano de 1998 pela entrada em operação das outras turbinas da Usina de Yacyretá. Esse excedente energético poderia ser exportado ao Brasil, caso a infra-estrutura para a transmissão de um país para o outro fosse instalada. Assim, nessa reunião dos Presidentes, foi assinado um protocolo de intenções sobre interconexão energética, que vai corrigir deficiências de tratados anteriores para permitir a construção da primeira hidrelétrica binacional no rio Uruguai, sobre a fronteira dos dois países, em Garabi, Município de São Borja, no Rio Grande do Sul, com capacidade de 1,5 MW, e a instalação de usinas conversoras de ciclagem de 400 MW, que possibilitará ao Brasil importar energia elétrica da Argentina.

O documento assinado pelos dois Presidentes também servirá de base para a inclusão do gás argentino na matriz energética brasileira, com uma usina termelétrica de 300 MW em Uruguiana, beneficiando, assim, o Rio Grande do Sul.

Torna-se evidente a necessidade de vultosos recursos para a execução dos projetos de infra-estrutura indispensáveis para interligar os países da região de modo a alavancar o desenvolvimento integrado. É com essa preocupação que está sendo estudada a possibilidade de transformar o Fundo da Bacia do Prata (Fonplata) em um banco de desenvolvimento do Mercosul. Esse fundo conta com recursos dos quatro membros do Mercosul e da Bolívia, sendo prevista a abertura do seu capital a sócios extra-regionais, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Europeu de Investimentos (BEI). O Chile também seria convidado a associar-se.

O Fonplata tem hoje um saldo de US\$ 300 milhões e poderá captar recursos nos mercados internacionais de capitais, preferencialmente para o financiamento da infra-estrutura, proporcionando um novo impulso ao desenvolvimento da região. Subsidiariamente, também poderá voltar-se para a transformação e a modernização produtiva no Cone Sul.

Considerações finais

No período janeiro-maio de 1996, o Governo brasileiro manteve uma política ativa de comércio exterior, com intervenções junto a organismos internacionais, inúmeras viagens do Presidente ao Exterior, que frutificaram em acordos comerciais importantes, além da alteração das alíquotas de importação de setores internos sensíveis, agindo dentro das regras da OMC, o que não significa uma volta ao antigo protecionismo indiscriminado do mercado interno.

Uma taxa cambial relativamente estável, apesar de sobrevalorizada, aliada a acréscimos de produtividade interna, permitiu um incremento de 10% e 13% nas exportações brasileiras e gaúchas, respectivamente, nos primeiros cinco meses de 1996 em relação a idêntico período do ano passado. Essa taxa foi superior ao crescimento da produção interna no período, denotando a importância do setor externo para as economias nacional e estadual, principalmente pelo fato de estar prevista para os próximos meses a continuação da política de contenção do nível de atividade econômica.

Os elevados juros internos, aliados à estabilidade política e econômica do País, têm contribuído para o alto nível de entrada de capitais sob a forma de empréstimos em moeda e de investimentos diretos, este último tendo sido incrementado com a política de privatização de empresas estatais brasileiras.

O acréscimo no fluxo líquido financeiro tem aumentado as reservas cambiais disponíveis, as quais permitem a manutenção de uma política cambial estável mas pressionam a dívida interna e o déficit público.

Em relação ao Mercosul, a formação de uma zona de livre comércio com o Chile e a assinatura de uma ata com a Bolívia para o estabelecimento de uma futura ZLC, além de negociações com a Venezuela, fortalecem consideravelmente a integração regional e estabelecem as bases para a formação da ALCSA, através da consolidação dos blocos já existentes na América Latina. A ampliação do bloco regional fortalece a posição do Brasil intrabloco e dilata o prazo das negociações com o Nafta.

Visando sanar a carência de infra-estrutura intrabloco, foram acionadas várias medidas nas áreas de transporte e energia, dentre outras, as quais contribuirão para incrementar ainda mais o fluxo comercial entre os países-membros do Mercosul. Este, até maio corrente, aumentou significativamente de volume, e estima-se que, para os próximos anos, o intercâmbio continuará a crescer, embora a taxas menores.

Bibliografia

- ALBERTO JÚNIOR, Carlos (1996). Brasil mantém restrições aos têxteis. *Gazeta Mercantil Latino Americana*, Brasil, Argentina. Rio de Janeiro, v.1, n.8, 27 maio/ 2 jun.
- BIONDI, Aloysio (1996). O dólar e o foguetório antes da hora. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.2-2, 25 jun.
- BOLETIM CONJUNTURAL IPEA (1996). Rio de Janeiro, n.33, abr.
- BRANDÃO JÚNIOR, Nilson (1996). Países da AL assinam acordo aéreo. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p.C-5, 11 jun.
- CONJUNTURA ECONOMICA (1996). Rio de Janeiro: FGV, v.50, n.5, maio.
- GAZETA MERCANTIL (1996). São Paulo, p.A-4, 18 jun.
- LOBO, Tereza (1996). Ponte marítima entre Rio e Buenos Aires. *Gazeta Mercantil Latino Americana*, Brasil, Argentina. Rio de Janeiro, v.1, n.9, p.5, 3/9 jun.
- NOTA PARA IMPRENSA (1996). Brasília: BACEN, 19 jun.

OBSTÁCULOS ao aumento das exportações. Zero Hora, Porto Alegre: RBS, p.9, 7 abr. Cad. economia.

TACHINARDI, Maria Helena (1996). Brasil perde US\$ 1,5 bi com barreiras nos EUA. Gazeta Mercantil, São Paulo, p.A-4, 17 jun.

TACHINARDI, Maria Helena (1996a). Japão ameaça entrar na OMC contra o Brasil. Gazeta Mercantil, São Paulo, p.A-1/ A-4, 19 jun.

TACHINARDI, Maria Helena (1996b). Aumenta o comércio com a Argentina. Gazeta Mercantil, São Paulo, p.A-4, 18 jun.

TACHINARDI, Maria Helena (1996c). Menem prevê "boom" no Mercosur. Gazeta Mercantil, São Paulo, p.A-1/ A-4, 25 jun.